



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE PEDRAS DE FOGO/PB

Processo n.º 08003361520208150571

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Ante os fundamentos a seguir:

DO ERRO MATERIAL

Ocorre a d. decisão não pode prosperar, eis que considerando os termos do d. *decisum*, fica inteligível que na verdade pretendia o julgador, tendo em vista que constou como marco inicial para a contagem da correção monetária a data de 25/07/2016, quando na verdade a morte se deu em **13/09/2018**. Vejamos:

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CERTIDÃO DE ÓBITO			
NOME:			
SEVERINO LADISIÁU DOS SANTOS			
CPF 888.244.034-68			
MATRÍCULA: 072249 01 55 2018 4 00123 067 0049384 76			
SEXO Masculino	COR Preta	ESTADO CIVIL E IDADE Solteiro, 67 anos	
NATURALIDADE São Miguel de Taipu, Paraíba		DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO RG nº 1121041 SEUS/SDS/PB emitido em 25/07/2008, CPF nº 888.244.034-68	PLETOR Sim
FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA Filho de SEBASTIANA MARTA DA CONCEIÇÃO. Residência do falecido: SÍTIO ENGENHO NOVO, S/N, ZONA RURAL, Pedras de Fogo, Paraíba			
DATA E HORA DE FALECIMENTO Treze de setembro de dois mil e dezoito, às 2h52min.		DIA 13	MÊS 09
ANO 2018			
LOCAL DE FALECIMENTO HOSPITAL DE TRAUMA, VINDO DO IML, NESTA CAPITAL, João Pessoa-PB			
CAUSA DA MORTE HEMORRAGIA MENINGEA, EDEMA CEREBRAL, TRAUMATISMO CRANIO ENCEFALICO, SEPSE (MORTE POR ACIDENTE DE TRÂNSITO)			
SEPULTAMENTO / CREMAÇÃO		DELEGANTE	

Assim, *data vênia*, esta parte da decisão, nestes termos, restou conflitante com a cadeia de raciocínio expressada, fazendo crer que apenas por falha material constou data equivocada, ensejando, portanto, que possam ser admitidos como pertinentes e oportunos os presentes embargos de declaração.

DA AUSENCIA DE ASSINATURA DO AUTOR LEONALDO LADISLAU DOS SANTOS NA PROCURACAO

Inicialmente cumpre informar que mediante análise dos autos verifica-se que o autor **LEONALDO LADISLAU DOS SANTOS** não assina a **procuração juntada nos autos**.

Neste sentido é importante consignar que referido documento é de suma importância a esses autos, eis que, para que a representação da parte seja válida é necessária à outorga de mandato.

Diante do exposto, em face da irregularidade na representação processual da parte autora requer intimação da mesma para sanar o vício ora anunciado.

São essas as razões pelas quais a embargante confia, espera destarte, se digne Vossa Excelência de receber os presentes Embargos de Declaração, deles conhecendo, para afinal, julgando-os procedentes, corrigir o erro material se assim o entender, ou, explicitar sobre os fundamentos expendidos, aclarando o julgado.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

PEDRAS DE FOGO, 3 de novembro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB